

Hoje há Banco!

António Barreto, Público, 31.05.2009

Quando estes bancos não existirem, é sinal de que não são necessários. Feliz dia! Para já, são indispensáveis

Todos os anos, por esta altura, depois dos jacarandás, antes do Verão: a campanha do Banco Alimentar está na rua. Ou antes, nos supermercados e centros comerciais. Umas dezenas de milhares de pessoas, todas voluntárias, preparam-se para recolher toneladas de alimentos que serão depois distribuídos por centenas de organizações de solidariedade. Estas, por sua vez, entregarão os alimentos a centenas de milhares de pessoas.

Os voluntários são, em grande parte, jovens, que trazem um ar de festa à operação que, pelas causas, poderia ser circunspecta. Mas também há adultos e mais idosos. São, em maioria, católicos. Mas também há ateus, agnósticos e crentes de outros deuses. Não há a menor influência política ou partidária. A classe média parece ser predominante, mas podem ver-se, tanto nos supermercados como na enorme retaguarda de armazéns, gestores, universitários, trabalhadores, donas de casa, ex-delinquentes, gente obrigada a serviço à comunidade, desempregados e até pobres tão necessitados quanto as pessoas que receberão aqueles alimentos. Os voluntários são a absoluta maioria deste pequeno exército, primorosamente organizado e eficiente.

Toda a gente fica impressionada com a quantidade de alimentos recolhidos nestas campanhas, mais de 3 mil toneladas. Verdade é que tudo isto é pouco mais de 10 por cento do que o Banco distribui por ano! Muito mais tem de ser obtido por outras vias, junto dos industriais, das organizações de produtores, dos comerciantes e dos distribuidores: perto de 20 mil toneladas por ano. Estas quantidades brutais de comida têm de chegar todos os dias, ser arrumadas, distribuídas e entregues a mais de 250 mil pessoas.

Líquidos e sólidos, secos e molhados, frescos ou enlatados, com ou sem prazo de validade. Todos os dias! Por voluntários, essencialmente. Couves frescas, maçãs e iogurtes que chegam de manhã cedo, depois de dezenas de quilómetros de viagem, serão distribuídos, 24 horas depois, nas ruas das cidades, aos sem-abrigo, ou nas

instituições de idosos, de mendigos, de desempregados e de crianças sem família. Todos os dias! Por voluntários.

Surgem agora os Bancos não alimentares. Tudo lá vai parar: sempre os excedentes gerados por esta estranha sociedade. Computadores, móveis, latas de tinta, detergentes, roupa, sapatos, colchões, livros, canetas e brinquedos, toneladas de brinquedos! Com excepção dos computadores, não se trata de objectos em segunda mão: tudo novo e ainda embrulhado de origem. O destino é o mesmo: a separação, o arrumo, a classificação e a distribuição.

São já quase vinte os Bancos espalhados pelo país. O mais antigo, de Lisboa, ajuda a organizar os outros, apoia na gestão e na organização.

Se estes bancos não existissem, ou quando não existirem, é sinal de que não são necessários. Feliz dia! Para já, são indispensáveis. Recebem a caridade e a solidariedade. Recolhem as sobras desta sociedade perdida em consumo, em produção exagerada e em promoções tolas. Aproveitam os desperdícios das políticas agrícolas e alimentares da Europa. Os excedentes da produção alimentar, retirados do mercado e subsidiados pela União Europeia, constituem uma parte importante dos fornecimentos. São assim reciclados, em vez de serem destruídos. Em certos anos. Mas, noutros, quando os ministérios se esquecem de tratar da papelada, não. O que nunca deveria acontecer.

Globalmente, o Estado não prejudica. Mas também não ajuda muito. Poderia, pelo menos, remover obstáculos. Há inúmeros procedimentos fiscais e sanitários que deveriam ser revistos e adaptados a este caso particular. Há serviços, como consultas médicas, que deveriam ser considerados na colecta fiscal, como o dinheiro ou as mercadorias, mas actualmente não são. Há linhas de apoio, como refeições preparadas, que não podem ser desenvolvidas, porque uma legislação aberrante penaliza quem dá ou ameaça quem cozinha.

O Estado moderno consagrou os direitos sociais e o Estado-providência universal. Há mérito nisso. O sistema retira um pouco da humilhação ou da indignidade do pedido de esmola e da mendicidade. Mas esse mesmo Estado é burocrático e desumanizado. Não consegue acudir em situações de emergência. Não é rápido na resposta. Não mobiliza pessoas solidárias e decentes. Não traz uma palavra de reconforto a acompanhar a sopa. Com estas organizações, é o contrário. A proximidade faz a diferença. A humanidade é imediata. A flexibilidade é total.

Muitas delas têm anos de experiência e a sua isenção é à prova de bala. Algumas, como este Banco, dariam lições de eficiência e organização a repartições públicas e mesmo a empresas privadas. Por isso os recursos oficiais deveriam ser em grande parte orientados para estas organizações. Muito do dinheiro canalizado para instituições e repartições públicas, a ser repartido por processos morosos e complicados, deveria simplesmente ser entregue às organizações de voluntários que, nos hospitais, nas ruas e a domicílio, fazem o que o Estado dificilmente pode fazer. Aliás, sabe-se, uma parte do dinheiro oficial, distribuído directamente pelo Estado, não chega a quem deveria.

É verdade que os números são impressionantes. Os milhares de toneladas de alimentos. Os milhões de objectos. A rapidez da distribuição. A prontidão quotidiana. As centenas de milhares de beneficiados. As centenas de instituições. A organização e a eficiência. Mas o que realmente impressiona é o número de voluntários. E o espírito que os anima. Religioso ou não. Em missão ou em festa. É fácil estar umas horas num supermercado a receber dádivas. Mas é preciso ir. É divertido passar uma noite a separar latas e embrulhar pacotes. Mas é preciso fazê-lo. Mais ainda, passar um ano, todos os dias, a fazer e distribuir embrulhos! Um ano, quase todos os dias, a entregar alimentos a doentes, velhos, pobres e sem-abrigo! Os homens são capazes de tudo. Até de fazer o bem.